



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 28/2017

Período: 12/08/2017 – 18/08/2017

GEDES – UNESP

- 1- Força Aérea Brasileira apura queda de pequena aeronave em Luziânia
- 2- Casarão onde ocorriam os julgamentos durante o regime militar se tornará um memorial da Justiça
- 3- Forças Armadas sofrem com corte de recursos
- 4- Fronteira com Venezuela foi reforçada
- 5- Ministério da Defesa e Casa Civil prepararam plano para retirada de brasileiros da Venezuela
- 6- Cresce o risco de cooptação de militares temporários por parte do crime organizado
- 7- Militares não foram incluídos no adiamento dos reajustes salariais
- 8- Ministro sugeriu maior integração das forças de segurança no combate ao contrabando
- 9- Projeto de lei torna crime hediondo portar arma de uso restrito das Forças Armadas
- 10- Nova operação no Rio de Janeiro
- 11- Exército pavimentará rodovia federal
- 12- Pesquisadores criticaram atuação de militares no Rio

1- Força Aérea Brasileira apura queda de pequena aeronave em Luziânia

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou a investigação das causas da queda de um avião de pequeno porte na cidade de Luziânia, no estado de Goiás, no dia 12/08/17. O ex-senador boliviano, Roger Pinto Molina, piloto da aeronave, ficou gravemente ferido após o acidente e foi internado no Hospital de Base do Distrito Federal, aonde veio a falecer no dia 16/08/17. Segundo o periódico, no dia 13/08/17 investigadores do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa 6) iniciaram a primeira fase dos trabalhos, que consiste em “registros fotográficos, coleta de documentos e entrevistas”. A apuração, levada a cabo pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), tem como finalidade prevenir casos semelhantes. (*Correio Braziliense* – Brasil – 14/08/17)

2- Casarão onde ocorriam os julgamentos durante o regime militar se tornará um memorial da Justiça

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um casarão no centro da cidade de São Paulo, que foi usado para julgamentos políticos durante o regime militar (1964-1985), será transformado em um Memorial da Luta pela Justiça, com conclusão prevista para o ano de 2019. O local era composto por auditorias militares e “varas criminais”, com um juiz civil e quatro nomeados pelo governo militar, compondo, junto ao Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) e ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), a estrutura judiciária do regime. Os principais organizadores dessa iniciativa são a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo e o Núcleo de Preservação da Memória Política. O presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, afirmou que o memorial vai demonstrar as atuações de profissionais que denunciavam os crimes dos militares e salvavam vidas. Neste casarão foram julgadas pessoas como o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o jornalista Vladimir Herzog. O memorial reunirá documentos, gravações de audiências secretas, depoimentos de advogados que atuaram no prédio, entre outros. (*Folha de S. Paulo – Poder – 14/08/17*).

3- Forças Armadas sofrem com corte de recursos

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas sofreram uma redução de 44,5% do seu orçamento desde 2012. De acordo com o comando das Forças, os recursos disponíveis são suficientes para cobrir os gastos até setembro de 2017 e os membros do Alto Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica avaliam a possibilidade de um “colapso”. A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, que realiza o monitoramento do uso de explosivos, está sendo atingida, visto que o contingenciamento reduziu a fiscalização. Diversas atuações das Forças Armadas foram afetadas devido à falta de recursos, dentre elas, a vigilância da fronteira, os pelotões na Amazônia e a fiscalização da Marinha nos rios e costa brasileira. De acordo com o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, os cortes “foram muito elevados, fora dos padrões”. A falta de verbas obrigou os militares a usarem as reservas de combustíveis e armas, o que coloca em risco a capacidade de “prontidão” das tropas. Uma unidade do estado do Mato Grosso do Sul chegou a solicitar ao Quartel General do Exército, na cidade de Brasília, ajuda imediata para evitar o corte de luz da organização. De acordo com *O Estado*, o contingenciamento financeiro de R\$ 166 milhões para as Forças Armadas interrompeu a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). O sistema, que tem o objetivo de auxiliar na fiscalização das fronteiras e combater a entrada de armas e drogas no país, teve sua conclusão adiada para 2040. Oficiais-generais afirmaram ao jornal que o país tem um grande gasto em deslocamento de tropas para ações de segurança nas metrópoles e que cortar recursos do Sisfron e empregá-los no deslocamento de agentes não trará soluções para a violência. Bôas afirmou em entrevista que é fundamental manter as fronteiras sob vigilância, pois “muitos dos causadores do problema de segurança pública nas grandes cidades passam pelas fronteiras”. Conforme noticiado, a redução no orçamento também afetará o trabalho nas fronteiras da Amazônia, onde o Exército está enfrentando problemas de compra de combustível para reconhecimento de áreas, e dificultará ações sociais desempenhadas pelas Forças Armadas, como a distribuição de água no Nordeste. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, durante a cerimônia de

apresentação de 15 oficiais gerais promovidos, o presidente da República parabenizou os militares que estão no Haiti e no estado do Rio de Janeiro, afirmando que a garantia da Lei e da Ordem está "na moda"; não falou, entretanto, das dificuldades orçamentárias. Segundo *O Estado*, os comandantes da Aeronáutica, Marinha e Exército também estiveram presentes. O almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, comandante da Marinha, espera que quando houver uma nova definição das metas fiscais, parte dos recursos seja desbloqueada. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, disse que entende as dificuldades, porém o contingenciamento acarretará consequências nas atividades. (Correio Braziliense – Política – 15/08/17; O Estado de S. Paulo – Política – 14/08/17; O Estado de S. Paulo – Política – 15/08/17).

4- Fronteira com Venezuela foi reforçada

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a fronteira do Brasil com a Venezuela foi reforçada com o envio de 30 combatentes à tropa regular, formada por 70 homens, do 3º Pelotão Especial de Fronteira, no eixo rodoviário que une as cidades de Pacaraima, no estado de Roraima, e a cidade de Santa Elena de Uairén, no estado venezuelano de Bolívar. A ação tem por finalidade aumentar a fiscalização da área de modo a controlar o fluxo de imigrantes e refugiados da crise venezuelana. Há a preocupação, segundo um oficial da Polícia Federal, "com a bastante possível infiltração de traficantes de drogas e de armas entre os imigrantes". Um plano de emergência para a reforma de um galpão e a instalação de um centro comunitário havia sido formulado, porém os recursos não foram liberados até a data prevista. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/08/17)

5- Ministério da Defesa e Casa Civil prepararam plano para retirada de brasileiros da Venezuela

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, um plano de emergência para retirada de brasileiros da Venezuela está sendo preparado pela Casa Civil, e ocorrerá caso haja um agravamento da situação do país e cidadãos brasileiros desejem voltar ao Brasil. A ação contará com o apoio das Forças Armadas e a Força Aérea Brasileira (FAB) possui um plano de resgate pronto para ser colocado em ação sob as orientações do Ministério da Defesa. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/08/17)

6- Cresce o risco de cooptação de militares temporários por parte do crime organizado

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, investigadores que lidam com informações sobre o crime organizado declararam que há o risco crescente de militares temporários serem cooptados pelo setor. Segundo o *Correio*, as carreiras provisórias não duram mais que oito anos, sem a possibilidade de renovação. Segundo o periódico, o risco de cooptação deve-se à "crise e a falta de perspectiva e de emprego na iniciativa privada", o que pode levar estes militares temporários a se juntarem ao crime organizado após o término dos serviços. (Correio Braziliense – Política – 16/08/17)

7- Militares não foram incluídos no adiamento dos reajustes salariais

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o governo federal encaminhou projetos de lei ao Congresso Nacional que resultariam em economia para os cofres federais. Dentre esses projetos estava o de adiar os reajustes salariais dos servidores públicos, excluindo os militares, o que foi acatado no dia 15/08/17. Segundo Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, a decisão foi adotada pelo governo para não dificultar as discussões sobre a reformulação do modelo de aposentadoria dos membros das Forças Armadas. Segundo o periódico, o reajuste salarial para os militares custará aos cofres públicos R\$ 4,6 bilhões em 2018. De acordo com o *Correio*, a reivindicação dos militares foi recebida pelo presidente da República, Michel Temer, através do ministro da Defesa, Raul Jungmann, que também informou sobre possíveis rebeliões no alto escalão do Exército caso houvesse o adiamento do reajuste. O Palácio do Planalto alegou que “não é um bom momento para se comprar briga com a caserna”. Segundo a base do governo, “os militares foram muito prejudicados nos últimos anos [...] e não seria justo mantê-los sem reajuste salarial em 2018”. Jungmann, em entrevista ao programa Forças do Brasil, já havia afirmado que o Executivo concederia o reajuste para que houvesse paridade salarial dos militares com as demais carreiras do Estado, e que o reajuste seria escalonado. O ministro da Defesa defendeu uma idade mínima para a transferência de militares para a reserva, enquanto os integrantes das Forças Armadas preferem contribuir por 35 anos em vez de 30, idade atual. Soldados, cabos e pensionistas passaram a contribuir para a aposentadoria, e o valor de contribuição deve subir. Um militar ouvido pelo jornal disse que a realidade deles é diferente dos servidores civis, pois não podem ter outro emprego, filiar-se a sindicatos, fazer greve e não possuem benefícios trabalhistas. (*Correio Braziliense – Economia – 16/08/17; Correio Braziliense – Política – 17/08/17; Correio Braziliense – Economia – 17/08/17*)

8- Ministro sugeriu maior integração das forças de segurança no combate ao contrabando

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, declarou que o maior desafio a ser enfrentado no combate ao contrabando e ao narcotráfico é a grande extensão da fronteira que o Brasil possui com seus vizinhos da América do Sul. Segundo o ministro, o governo federal está repensando a segurança nas fronteiras e a interação das forças de segurança é essencial para o combate ao contrabando. Essa integração envolveria a parceria entre as Forças Armadas, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, além da colaboração com as forças de segurança de países vizinhos. O ministro destaca que “o Brasil não pode combater esse problema sozinho”, sendo necessária a cooperação com os governos de países como o Paraguai e a Bolívia. Contudo, de acordo com o *Correio*, há entraves para a realização desse projeto, em especial o corte no orçamento da Polícia Rodoviária Federal, resultado da política de diminuição de gastos do governo federal. (*Correio Braziliense – Brasil – 16/08/17*)

9- Projeto de lei torna crime hediondo portar arma de uso restrito das Forças Armadas

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 16/08/17 foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que torna a posse de fuzis e outras armas de uso restrito das Forças Armadas crime hediondo. O projeto é de autoria do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Crivella, e terá que passar pelo Senado Federal para se tornar lei. Segundo a *Folha*, a aprovação ocorreu no mesmo dia em que as Forças Armadas, junto com a polícia, realizaram uma operação contra o crime organizado na cidade de Niterói. De acordo com *O Estado*, o controle desse tipo de armamento é realizado pelo comando do Exército. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 17/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/08/17*)

10- Nova operação no Rio de Janeiro

De acordo com notícia publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 16/08/17 as Forças Armadas, junto às Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro, realizaram uma operação surpresa na qual foram mobilizados 3.155 agentes, tendo como resultado 16 prisões. Segundo o *Estado*, no dia 17/08/17 também foi iniciada a segunda fase da operação “O Rio quer Paz e Segurança”, que contou com o apoio de 2,7 mil, com o objetivo de cumprir mandatos de prisão contra “supostos líderes do tráfico de drogas e do roubo de cargas”. Foram apreendidos 2 municionadores de fuzis, 2 coletes de proteção e 1 quilograma de maconha. Segundo o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, as Forças Armadas não foram treinadas para esse tipo de operação e por isso o atual plano prevê intervenções pontuais com o objetivo de oferecer sensação de segurança à população do Rio e desestruturar o crime organizado. O periódico indicou que os objetivos militares dependem de outros fatores, como o remodelamento do quadro da força policial e de segurança pública estadual, e destacou que a tropa militar “só pode atuar como coadjuvante das polícias, oferecendo uma linha de segurança para os agentes diretamente envolvidos”. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/08/17*)

11- Exército pavimentará rodovia federal

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército realizará a pavimentação de 65 quilômetros da rodovia federal BR-163, entre os municípios de Novo Progresso e Igarapé do Lauro, no estado do Pará. Para tanto, receberá o montante de R\$ 128,5 milhões. (*Correio Braziliense – Economia - 18/08/17; O Estado de S. Paulo - Economia - 18/08/17*)

12- Pesquisadores criticaram atuação de militares no Rio

Pesquisadores ouvidos pelo *O Estado de S. Paulo* criticaram a utilização de militares das Forças Armadas em operações do Plano Nacional de Segurança Pública na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, nas duas operações realizadas foram apreendidas 3 armas, 28 quilogramas de drogas e 28 pessoas foram presas. De acordo com a professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jacqueline Muniz, o

resultado insatisfatório “afeta até a credibilidade das Forças Armadas, que não foram treinadas nem têm equipamentos para ações de policiamento urbano. Dos soldados do Exército até o comandante-geral, ninguém está satisfeito em ir às ruas para fazer esse tipo de serviço”. Muniz argumentou que, em lugares onde a criminalidade usual consiste em furtos e assaltos, a presença de militares com tanques não traz resultados práticos. Segundo a pesquisadora, “a credibilidade que as Forças Armadas conquistaram atuando em operações internacionais, como no Haiti, pode ser colocada em xeque em uma operação dessas”. Ademais, a coordenadora do Centro de Estudos de Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Julita Lemgruber, afirmou que o custo da operação não justifica seus resultados e declarou que “vendem a ideia de uma falsa sensação de segurança”. Lemgruber apontou que as operações para a ocupação do Complexo de Favelas da Maré e do Complexo de Favelas do Alemão custaram R\$ 600 milhões e R\$ 400 milhões, respectivamente, e atualmente transitam pelo local pessoas armadas em pleno dia. O sociólogo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ignacio Cano, apontou que, se “por um lado, o número de prisões e apreensões é pequeno [...] por outro lado, se a pressão por resultados aumentar, vai haver o acirramento do confronto, mais tiroteios e mortes”. O porta-voz do Comando Militar do Leste, coronel Roberto Itamar, argumentou que “operações militares são caras, mas o valor que deve ser considerado é o das vidas humanas que estão sendo defendidas, a segurança da sociedade”. O militar acrescentou que não há como avaliar os custos previamente, por não se saber o tipo de intervenção que será necessária e destacou que “a operação é de longo prazo e que os resultados devem melhorar com o tempo”. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 18/08/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense –www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula

Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)